



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Ata Reunião CAEN nº 05 – 14/04/2020

1 Às oito horas e quarenta minutos do dia quatorze de abril de 2020, reuniram-se, via
2 ferramenta on-line *Google Meet*, os membros do Comitê Assessor de Ensino
3 (CAEN): Astor e Marielle - JA, Bruno e Marcia - FW, Eliana e João Flávio - SVS,
4 Alessandro Bazzan e Cléber - PB, Gustavo - UG, Daniel e Caroline - SB, Elisandra e
5 Patrícia - AL, Silvia - JC, Raquel, Analice e Renata Rotta - SR, Márcia e Saulo - SA
6 e Jéssica e Mariéli - SAN, junto da equipe de gestão da PROEN: Édison - Pró-
7 Reitor, Joze - Diretora de Ensino, Janete - Diretora de Graduação, Daniela - Diretora
8 de EaD, Deisi - Coord. Registros e Diplomas, Helena - Coord. Programas
9 Educacionais, Nádia - Coord. Assessoria Pedagógica, Andrea - Coord. Curso
10 Formação Pedagógica e representante PS IFFar, e Fernanda Ziegler - Secretária
11 Executiva, com participação do Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação,
12 Arthur Frantz, e da Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional, Nídia Heringer,
13 para tratar da seguinte pauta: 1) atividades remotas: a) carga horária presencial dos
14 cursos de EaD institucionalizada; b) percentual de atividades remotas nos cursos
15 subsequentes; c) atividades remotas e especificidades dos cursos PROEJA; d)
16 atividades com os estudantes após a suspensão do Calendário Acadêmico -
17 propostas das Assessorias Pedagógicas/CAEN; e) cursos de especialização *lato*
18 *sensu* durante o período de atividades remotas - participação da PRPPGI; g)
19 registro de frequência no SIGAA - estudantes com pouco ou nenhum acesso neste
20 período; h) definições sobre avaliações realizadas no período de atividades remotas
21 (os pontos até a letra "e" foram demandados pelo Comitê Institucional de
22 Emergência); e 2) Regulamentos: a) cronograma de revisão da Resolução CONSUP
23 nº 13/2016; b) *checklist* e cronograma de revisão das diretrizes dos cursos
24 superiores de graduação; c) edital de Certificação Profissional. Édison iniciou a
25 reunião agradecendo a presença dos Diretores Gerais e Pró-Reitores supracitados.
26 Enfatizou a importância dos assuntos a serem tratados e das decisões a serem
27 tomadas. Ao questionar se havia interesse de inclusão de novas pautas, Cléber de
28 PB pediu para tratar da recuperação paralela, para verificar como está sendo
29 conduzida nos demais *campi*, e Mariéli de SAN solicitou informações sobre a
30 contratação dos intérpretes de Libras. Dando prosseguimento, Édison atualizou o
31 grupo das decisões institucionais da última semana: o CIE demandou a realização
32 de pesquisa geral sobre posicionamento dos estudantes e servidores acerca do
33 andamento das atividades acadêmicas, bem como da situação da saúde física e
34 mental neste período. Édison ratificou que a questão das atividades remotas não
35 condizem com a modalidade de Educação a Distância (EaD). São atividades sendo
36 realizadas de forma não presencial, devido às necessidades impostas pela situação
37 do Covid-19, sem ferir a carga horária prevista em lei para cursos de graduação e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

38 técnicos. Desse modo, sabe-se das implicações pedagógicas e, por isso, é preciso
39 definir o período máximo de manutenção das atividades remotas. Édison
40 apresentou sucintamente os resultados obtidos com o formulário disponibilizado aos
41 servidores, totalizando 752 respondentes do total de 1.414 servidores. Devido à
42 especificidade da pauta do CAEN, debruçou-se especialmente na questão 12 que
43 tratava do período máximo para manutenção das atividades acadêmicas não
44 presenciais. O resultado da questão foi: 7% não opinaram, 16,5% votaram pela
45 manutenção até 16 de abril, 23% até o fim do mês e 53,5% até o limite máximo de
46 15 de maio. Do total dos respondentes, 65% eram docentes. A partir dessa
47 apresentação, colocou-se a pauta em discussão. Cléber de PB apresentou dados
48 similares de pesquisa realizada no *campus*, respondida pelos docentes, sendo que
49 quase metade dos docentes sugeriram a manutenção das atividades remotas até o
50 final do semestre. Patrícia de AL acredita que após um mês de desenvolvimento das
51 atividades desta maneira, os docentes estão mais seguros com o trabalho via
52 SIGAA, aperfeiçoando cada vez mais as metodologias utilizadas. Sabe-se, contudo,
53 das dificuldades de acesso à internet por parte de alguns alunos, mas essas
54 especificidades estão sendo tratadas para recuperação após o retorno. Cléber
55 acrescentou a preocupação dos docentes em relação à permanência e ao êxito dos
56 estudantes, independente da manutenção ou não das atividades. Nesse sentido,
57 Édison salientou a importância da realização das pesquisas e das reflexões feitas
58 ao longo deste período. Renata Rotta, Diretora Geral do *campus* SR, perguntou, via
59 chat, se há previsão da prorrogação do prazo de 16 de abril, conforme Portaria nº
60 343/2020, para os cursos superiores. Édison explicou que o limitador é de 30 dias
61 para atividades remotas, sendo do seu entendimento o prazo tanto para superiores,
62 quanto técnicos, por se tratar de uma única instituição, embora a Portaria nº
63 276/2020 estabeleça 60 dias para cursos técnicos. Se não houver renovação, a
64 partir do dia 17 de abril as atividades estariam suspensas, a não ser que seja
65 elaborado um arrazoado sobre a manutenção considerando a autonomia
66 institucional. Contudo, no momento, não há informação sobre a prorrogação. Em
67 relação à pesquisa realizada com os servidores, Édison encaminhará os dados para
68 o CAEN, para que possam fazer a análise por *campus*. Salientou que a pesquisa
69 não pode ser usada para fins acadêmicos, apenas para uso interno, pois não
70 passou por todos os trâmites legais institucionais. João de SVS questionou sobre a
71 pesquisa com os estudantes. Édison explicou que os estudantes responsáveis estão
72 tabulando os dados, visto que o formulário estava disponível até ontem a noite.
73 Além disso, João Flávio refletiu sobre a questão de retornar as atividades
74 presenciais, se fosse o caso, o que iria gerar outros problemas. Acredita que as
75 atividades não serão retomadas neste semestre. Também falou sobre os
76 telefonemas feitos aos alunos sem acesso à internet, os quais se sentem, desse
77 modo, amparados pela instituição. Analice de SR questionou se a decisão



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

78 institucional será tomada com base nos dados destas pesquisas realizadas com
79 estudantes e servidores. Édison ponderou que o comitê, com representantes de
80 todos os segmentos, irá discutir e avaliar os dados obtidos. Analice pontuou o fato
81 de algum *campus* que tenha um posicionamento contrário aos demais, se poderá ter
82 as atividades desenvolvidas de forma diferente dos demais. Édison acredita que a
83 decisão será institucional, como tem sido até o momento. Márcia de FW concorda
84 pela manutenção até maio e que os dados da pesquisa devem ser considerados.
85 Ratificou a importância das atividades a serem desenvolvidas no retorno das
86 atividades presenciais. Joze informou que encaminhou, nesta manhã, a memória
87 das reuniões do Proeja e do SAP. Dos oito *campi* que ofertam Proeja, quatro
88 coordenações concordam com a manutenção das atividades remotas até maio.
89 Joze expôs a clareza dos setores sobre a importância do contato com os
90 estudantes, considerando a permanência e o êxito. Édison questionou se o
91 posicionamento do CAEN é levar as atividades remotas até dia 14 de maio,
92 considerando os limites legais e a pesquisa realizada com os servidores. Todos os
93 membros concordaram. Como fator condicionante desta manutenção, Édison
94 questionou se poderiam indicar o trabalho de verificação, sob responsabilidade dos
95 colegiados de cursos, de quais disciplinas não poderão se estender mais, até 14 de
96 maio, devido às suas atividades práticas. Bruno de FW concorda em fazer este
97 levantamento e sugere que, em caso de suspensão, o docente justifique e
98 apresente também um plano de recuperação após o retorno das atividades
99 presenciais. Cléber também concordou com a proposição. Édison deixou claro que
100 o fato de uma disciplina suspender suas atividades antes implica na recuperação da
101 carga horária no retorno das atividades presenciais. Gustavo de UG analisou
102 rapidamente os dados da pesquisa com os servidores do *campus* e percebeu
103 diferenças em relação ao índice geral, observando uma divisão de opiniões pela
104 suspensão nesta semana e manutenção até maio. Independente disso, a gestão do
105 ensino do *campus* preocupa-se como será a interlocução com os estudantes após a
106 suspensão, exemplificando o trabalho de GTs instituídos no próprio *campus* para
107 planejamento dessas questões. Sugeriu de levar esse ponto de pauta para o CIE
108 também. Édison concorda com a colocação e pontuou que deverá ser discutida em
109 breve. Nídia referenciou fala de João acerca de suposição de que as atividades
110 presenciais não sejam retomadas antes de agosto e de Bruno sobre a suspensão
111 ocorrer em algum momento, enfatizando que em qualquer momento ocorreria o
112 desenvolvimento de atividades remotas com algum tipo de prejuízo acadêmico.
113 Pontuou que deve ser discutido com as coordenações as formas de recuperação
114 após retorno, visto que tanto uma forma, quanto outra, antes ou depois da
115 suspensão, tem suas peculiaridades e dificuldades. Também parabenizou a
116 serenidade da gestão do ensino na condução do trabalho neste período. Assim,
117 Édison retomou a sugestão de encaminhamento para discussão e definição das



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

118 disciplinas que precisarão suspender antes, com justificativa e plano de
119 recuperação. Todos os membros foram favoráveis. Posteriormente passou-se à
120 discussão da carga horária presencial dos cursos técnicos da EaD Institucionalizada
121 em AL, FW e SR. Bruno de FW expôs experiência do Curso Técnico em Comércio,
122 inclusive com oportunidades de aprendizado como “comércio eletrônico”. Os alunos
123 questionam se teriam que parar, caso os demais cursos suspendam, pois acreditam
124 que não estão sendo prejudicados. Analice de SR entrará em contato com polo de
125 Giruá, pois os acessos diminuíram muito, a fim de definir as medidas a serem
126 tomadas. A princípio, as atividades poderiam ser mantidas e acredita que dariam
127 conta da realização da carga horária, dada a natureza do curso. Patrícia de AL
128 expôs que o coordenador não relatou problemas até o momento, as aulas estão
129 acontecendo normalmente. Acredita que pelas especificidades do curso -
130 Agroindústria, as atividades presenciais deverão ocorrer após o retorno. Édison
131 entende que a suspensão do calendário será geral, mas ainda tem dúvidas para os
132 cursos EaD. Daniela, DEAD, apenas ponderou a questão do processo seletivo e das
133 férias de professores, caso optem por calendário diferenciado. Édison acredita que
134 seja tranquilo finalizar o semestre, mas que o início do próximo se daria junto dos
135 demais. FW inclusive está finalizando o curso, mas Bruno acredita que os alunos
136 seriam solidários e entenderiam a especificidade do momento caso a suspensão
137 fosse para todos. De qualquer modo, Bruno concorda pela suspensão geral, embora
138 sejam os mais prejudicados. AL enviará mensagem ao coordenador do curso, mas
139 acredita que seja melhor manter apenas um calendário. SR exemplificou que alguns
140 cursos estão realizando algumas PPIs com desenvolvimento de pesquisas via
141 google drive. Assim, o encaminhamento dado foi por realizar as atividades
142 presenciais após retorno, mantendo-se apenas um calendário. Após, passou-se à
143 pauta relativa à carga horária dos cursos subsequentes presenciais. Édison reiterou
144 que por lei a carga horária máxima não presencial é de 20% para técnicos e 40%
145 para graduação. Contudo, os cursos técnicos subsequentes, que são semestrais,
146 extrapolariam os 20% se as atividades se mantiverem até dia 14 de maio. Nesse
147 momento, Arthur se somou à discussão, visto que o mesmo ocorre com os cursos
148 de pós-graduação lato sensu presenciais. Por isso, a definição deve ser conjunta
149 por serem situações parecidas. Arthur informou que os professores das
150 Especializações têm concordado pela manutenção das atividades. Considerando
151 que a portaria menciona os cursos superiores, a pós-graduação está incluída, mas
152 os subsequentes não. Édison acha difícil suspender apenas uma forma de ensino
153 devido à verticalização, e seu posicionamento é pela manutenção das atividades
154 nos cursos subsequentes até 14 de maio. Dessa forma, questionou se algum
155 *campus* é contrário a essa proposição. Analice de SR pontuou que como o grupo
156 tem defendido pela manutenção de um calendário acadêmico, essa questão deve
157 estar contemplada também. Acrescentou sobre a importância de priorizar um mês



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

158 de monitoria, como suporte aos docentes, devido à grande demanda de
159 recuperações no retorno. Cléber questionou, porém, como levar essa decisão aos
160 docentes que gostariam de manter as atividades até o final do semestre, visto que
161 se isso for definido também não estarão cumprindo a legalidade. Édison entende a
162 questão, mas, devido às implicações pela suspensão apenas dos cursos
163 subsequentes, pontua alguns problemas que podem servir como critérios para a
164 decisão, como: se o limite for obedecido para os cursos subsequentes,
165 consequentemente não será seguido nos outros cursos, ocasionando prejuízo para
166 a maioria dos estudantes da instituição; confusão entre os estudantes em relação a
167 diferentes calendários; os professores são os mesmos que atuam em ambos os
168 níveis, o que pode ocasionar sobreposição de horários posteriormente. O
169 encaminhamento foi aprovado para não suspender os subsequentes antes dos
170 demais cursos. Renata Rotta contribuiu para a argumentação, apontando o fato do
171 diálogo constante com as coordenações dos cursos, as quais têm exposto a
172 possibilidade de manter as atividades remotas. Após, tratou-se da pauta relativa ao
173 Proeja. Nádia explicou que apesar dos desafios em alguns cursos, após essas
174 semanas os problemas foram minimizados. O percentual de alunos sem acesso é
175 baixo e, no retorno, será recuperado conforme as especificidades. As questões
176 financeiras são um dos impeditivos para o acesso, mas algumas já serão resolvidas
177 com o auxílio; outros estudantes, porém, não tem acesso à rede devido ao local de
178 suas residências. Portanto, os coordenadores sinalizaram pela manutenção até o
179 final do mês ou, se for o caso, até metade de maio, pois os resultados têm
180 melhorado com o tempo. Outra dificuldade apontada foi com os cursos FIC, os quais
181 têm parceria com as Prefeituras. Esses casos, assim como outros específicos, irão
182 demandar encaminhamentos específicos posteriormente. Édison explicou que o
183 caso dos cursos FIC e UAB, por exemplo, serão tratados dentro de suas
184 especificidades por serem desenvolvidos com outras instituições. Analice de SR
185 sugeriu novamente dos recursos dos projetos de ensino serem dados
186 prioritariamente para monitorias, a fim de auxiliar as recuperações. Bruno sugeriu
187 de, além das monitorias, o recurso ser oportunizado a projetos de ensino destinados
188 a sanar dificuldades de aprendizagem geradas pelo período de atividades não
189 presenciais. Nesse sentido, tratou-se sobre as propostas elaboradas pelos SAPs
190 para o retorno das atividades presenciais. Os SAPs acham difícil demandar dos
191 docentes a realização de outras atividades na transição no período de suspensão.
192 Também ponderam que é impossível pensar globalmente, pois é difícil prever os
193 diversos casos. Desse modo, elaboraram um documento mais amplo. Márcia de FW
194 entende que uma estratégia seria propor atividades práticas interdisciplinares, junto
195 das coordenações de cursos. No momento da suspensão, os professores
196 precisariam se reunir para pensar esse tipo de estratégia. Márcia de SA lembrou
197 que em maio ocorreriam os conselhos de classe intermediários e esse momento



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

198 poderia ser utilizado para fazer uma avaliação da situação por parte das
199 coordenações e docentes. A partir disso, poderiam planejar essas estratégias
200 sugeridas por FW. Bruno disse que outra opção seria a oferta de cursos livres, de
201 diferentes temáticas, que promovam a oferta de atividades complementares,
202 diminuindo a sobrecarga das disciplinas, mas mantendo o vínculo por meio desses
203 cursos. Analice concorda com a ideia de FW, e preocupa-se com a necessidade de
204 justificar as atividades dos servidores durante o período de suspensão. Outra
205 possibilidade seria a elaboração, pelos docentes, de vídeos complementares sobre
206 determinados assuntos, especialmente aqueles que mais geram dúvidas. João
207 entende que mesmo com a suspensão é importante manter o vínculo com os
208 estudantes, enviando alguma atividade. Nádia explicou a organização do
209 documento orientador, dividido em três seções: I - O que precisamos fazer neste
210 momento?; II - Reinício de ano/semestre letivo, o que podemos fazer?; e III -
211 Próximo ano/período letivo, o que poderemos ter que considerar?. Também
212 enfatizou a importância dos alunos serem ouvidos neste processo de adequação
213 das atividades. Por fim, explicou que este foi o documento possível de elaboração
214 pelo SAP, mas que está aberto a sugestões. Caroline de SB manifestou que antes
215 de iniciar as atividades remotas, o *campus* estava planejando a realização de
216 atividades de nivelamento acadêmico. Pensa que podem dar andamento a este
217 projeto no momento de transição. Mariéli de SAN sugeriu a realização de
218 recuperação “paralela” de conteúdos trabalhados neste período de atividades
219 remotas para aqueles alunos que têm sentido dificuldades. Além disso, exemplificou
220 ação do Ministério da Saúde que está fazendo ligações às residências para saber a
221 situação de saúde das pessoas neste período. Essa ação pode servir de inspiração
222 para a Instituição, de modo que os *campi* façam o mesmo com os estudantes. Jozé
223 reforçou a importância deste trabalho diferenciado no momento de suspensão.
224 Também lembrou que é preciso repensar as avaliações e não sobrecarregar as
225 atividades para o retorno. Na ocasião, Édison trouxe a inclusão da pauta sobre
226 recuperação paralela, questionando se estaria contemplada para realização no
227 período de suspensão. Enfatizou que essas seriam possibilidades, mas não as
228 únicas atividades a serem desenvolvidas no período de transição. Todos
229 concordaram com o encaminhamento, enquanto possibilidades de proposições.
230 Posteriormente, tratou-se sobre o registro de frequência. A sugestão do Édison é
231 registrar frequência para alunos que realizaram as atividades, mas que ainda não
232 seja dada falta para aqueles que não realizaram ou realizaram parcialmente, pois
233 nem todos estão tendo acesso. Desse modo, a sugestão é aguardar o retorno,
234 esgotar as possibilidades de recuperação e realização das atividades, para depois
235 dar falta, se for o caso. A partir da dúvida de SR, Édison explicou que o bloqueio
236 dos professores está desativado. Bruno orientou os professores dar falta para
237 manter controle, mas sem “finalizar” no sistema. A alteração seria feita no retorno



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

238 para aqueles que recuperarem e finalizarem as atividades. AL orientou de deixar em
239 branco para alunos que não tem participado. Portanto, definiu-se pela orientação de
240 deixar em branco ou registrar falta, mas computar presença após retorno para
241 estudantes que realizarem as atividades. A outra questão tratada foi sobre a
242 realização de avaliações neste período. Considerando a autonomia pedagógica dos
243 docentes, JA preocupa-se com o acúmulo de avaliações no retorno. Analice sugere
244 de orientar que caso sejam feitas avaliações que sejam realizadas on-line. Contudo,
245 sabe que outros professores têm utilizado outras ferramentas pedagógicas para
246 acompanhamento da aprendizagem neste período. Bruno entende que é momento
247 de desmistificar que as avaliações devam ser realizadas de uma única forma, como
248 uma “prova”. Dessa forma, o encaminhamento a ser dado é de orientar que a
249 avaliação pode ser feita de diferentes maneiras, mas fica a critério de cada
250 professor realizar da forma mais apropriada. Joze reforçou que as diretrizes
251 mencionam a realização de três avaliações, por meio de diferentes instrumentos.
252 Por isso, entende que pelo menos uma avaliação (uma nota) deve ser realizada
253 neste período, de modo não presencial, pois preocupa-se com o curto período de
254 tempo que terão após o retorno para realizar três avaliações de cada disciplina.
255 Édison entende que isso pode ser feito, mas como orientação, sem interferir na
256 autonomia de cada professor. Joze reforçou, que mesmo com o momento atípico,
257 as diretrizes institucionais preveem essa questão. Analice, embora entenda a
258 colocação, corroborou com o fato que não é necessária a realização da atividade
259 avaliativa para verificar se os alunos estão efetivamente aprendendo. Daniel de SB
260 expôs, via chat, que concorda com posicionamento de Joze, no sentido de valorizar
261 esse período e as atividades realizadas pelos alunos. Acredita que os professores
262 terão que ofertar novamente, com registro em ata, um nova oportunidade para
263 aqueles que não fizeram, seja pelo motivo que for. Nádia também manifestou, via
264 chat, a concordância com Joze, garantindo a possibilidade para aqueles que não
265 puderam realizar a atividade avaliativa que a façam no retorno. Analice sugeriu
266 elaborar calendário para não haver sobreposição de datas das avaliações. O
267 encaminhamento, enquanto orientações, será feito nesse sentido dos pontos
268 discutidos. Posteriormente, passou-se ao segundo momento da reunião referente à
269 discussão da revisão dos regulamentos. A respeito do calendário de revisão da
270 Resolução CONSUP nº 13/2016, Janete lembrou que o período máximo para
271 envio de sugestões do CAEN e do CADIP é até dia trinta abril, visto que nenhum
272 campus se manifestou sobre alteração das datas, conforme solicitado via
273 Memorando Circular PROEN nº 111/2020. Contudo, Édison havia entendido que a
274 definição de ambos os calendários de revisão, tanto da Resolução CONSUP nº
275 13/2016, quanto da 13/2014, seriam definidos nesta reunião. Fernanda Ziegler
276 expressou, via chat, que a 13/2016 já está compartilhada para revisão no drive,
277 enquanto o calendário e *checklist* da 13/2014 seriam definidos hoje para então a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

278 minuta das diretrizes também ser compartilhada no drive. Janete reforçou a
279 dinâmica e, se for do entendimento do CAEN, o calendário para revisão da 13/2016
280 também pode ser alterado. Analice expôs, via chat, que está bem difícil administrar
281 tudo nos *campus* neste período e, por isso, SR não conseguiu realizar o solicitado
282 ainda. Janete reiterou que o foco para discussão nesta reunião seria a 13/2014, pois
283 foi solicitado pelo próprio *campus* SR o encaminhamento o mais breve possível. De
284 modo geral, lembrou alguns prazos. Dia 11 de maio seria o prazo para os *campi*
285 indicarem os membros para compor os GTs, bem como prazo para CAEN inserir
286 sugestões no drive e envio do *checklist* respondido. O prazo sugerido está em
287 consonância com reunião do CAEN a ser realizada dia 19 de maio, caso permaneça
288 o atual cenário, e, posteriormente, dia 01 de junho ao CODIR e demais instâncias
289 superiores dentro dos prazos institucionais. Via chat, SA, SR, PB, UG, SB e AL se
290 expressaram na sequência. Marcia também se manifestou sobre a não realização
291 do solicitado, pois tem sido muita coisa para dar conta. Analice explicou que
292 queriam acesso aos arquivos para os setores técnicos concentrarem as atividades
293 remotas nisso, mas com os docentes ainda não foi possível discutir. Cleber pontuou
294 que devido às demandas com o trabalho remoto, PB também não conseguiu realizar
295 a ação. Gustavo sugeriu o adiamento de todas estas datas em um mês pelo menos.
296 Caroline e Patrícia informaram que também não conseguiram analisar os materiais.
297 Janete explicou brevemente a elaboração da minuta do *checklist*. Arthur apresentou
298 uma proposta referente à formação de pessoas para a inovação conforme tem sido
299 discutido na elaboração da minuta da Política de Inovação. Assim como a
300 UFPernambuco que possui uma disciplina intitulada “Projetão”, a ideia seria ter uma
301 disciplina optativa de “Empreendedorismo Inovador”, com perfil multidisciplinar,
302 envolvendo os membros dos Núcleos de Inovação e Tecnologia (NITs). Esse grupo
303 irá apresentar proposta formal ao CAEN posteriormente. Janete se colocou à
304 disposição para repensarem as datas do cronograma. Janete lembrou que a
305 minuta já foi compartilhada com as coordenações dos cursos de 2018 a 2019,
306 porém com baixa participação dos *campi*. Desse modo, Janete entende que o
307 momento é de ampliar a discussão, pois já foi tratada anteriormente com SAPs e
308 coordenações, caso o grupo entenda que deva ser aprovado ainda este ano, bem
309 como a revisão dos PPCs. Édison sugeriu, devido à hora, que a próxima reunião do
310 CAEN seja realizada dia vinte e três de abril, quinta-feira, às dez horas. Todos
311 concordaram. A respeito da 13/2016, Édison explicou que a ideia era do CAEN
312 discutir com DPDIs nos *campi* e trazer a proposta do calendário. Por isso, sugeriu
313 que ambos sejam tratados na próxima reunião. No caso da suspensão, acredita que
314 talvez tenham mais tempo para dar a atenção necessária a esses pontos. Édison
315 pediu a interlocução do Pró-Reitor de Pesquisa junto aos Diretores nos *campi* para
316 discutirem a questão da disciplina optativa, mas acredita que seja tranquilo o
317 encaminhamento para a efetivação da inclusão da disciplina para os cursos de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

318 graduação. Por fim, Édison pontuou que a questão da contratação de intérpretes foi
319 tratada no CODIR, mas que, assim como as nomeações, estão suspensas no
320 momento por demandar atividades presenciais. A reunião foi encerrada às doze
321 horas e quinze minutos.

MEMBROS CAEN – LISTA DE PRESENÇA

PROEN Édison Gonzague Brito da Silva

PROEN Joze Medianeira dos Santos de
Andrade

PROEN Janete Maria De Conto

PROEN Hermes Gilber Uberti

PROEN Daniela Dressler Dambros

AL Patricia Donicht

AL Elisandra Gomes Squizani

FW Bruno Batista Boniati

FW Márcia Rejane Kristiuk Zancan

JA Astor João Schonell Júnior

JA Marielle Medeiros

JC Silvia Regina Montagner



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

JC Cleonice Graciano dos Santos

PB Cléber Rubert

PB Carlos Lehn

SA Marcia Schneider

SA Saulo Stevan Pasa

SAN Mariéli Machado

SAN Jéssica Lucion

SR Analice Marchezan

SR Raquel Canova

SB Caroline Lacerda

SB Daniel Silva

SVS João Flávio Carvalho

SVS Eliana Zen

UR Gustavo Griebler